

MILENE CHIOVATTO

GABRIELA AIDAR

LUÍS ROBERTO SOARES

DANIELLE AMARO

03

© que queremos dizer quando falamos em *acessibilidade*? Nos últimos anos, o termo tem ganhado relevância no panorama museológico no país, sendo mais comumente usado para se referir às reflexões e práticas relativas à promoção de acesso de pessoas com deficiência aos museus. Essa correspondência não está circunscrita apenas aos museus. Ao contrário, encontra-se disseminada a tal ponto que um dos significados do termo, encontrado no Dicionário Aurélio, é “condição de acesso aos serviços de informação, documentação e comunicação, por parte de portador de necessidades especiais”.¹

No mesmo dicionário, no verbete *acessível*, temos como definição algo de “fácil acesso”, “inteligível, compreensível”, o que indica um aspecto diretamente associado à transposição de barreiras não apenas físicas, mas também de caráter mais impalpável. Em nossa prática no Núcleo de Ação Educativa (NAE) da Pinacoteca utilizamos o termo *acessibilidade* no que consideramos uma acepção mais ampla, envolvendo não apenas as questões ligadas à promoção de *acesso físico*, por meio da garantia de circulação e afluxo de público às instituições (com a utilização de rampas, elevadores e mesmo com a gratuidade nos ingressos), mas também - e especialmente - no que se refere a aspectos intangíveis do contato com os museus, como aqueles relacionados ao *acesso cognitivo*, ou seja, ao desenvolvimento da compreensão dos discursos expositivos, e ao que podemos chamar de *acesso atitudinal*, por meio do desenvolvimento da identificação com sistemas de produção e fruição, e da confiança e prazer pela inserção no espaço do museu. Com a ampliação da compreensão e uso do termo, os museus podem desenvolver ações de acessibilidade que incluam não apenas públicos com deficiências, mas outros igualmente excluídos dos processos e sistemas oficiais de cultura.

Segundo recente pesquisa de consumo cultural feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 78% dos brasileiros não vão a museus. Entre esses, uma percentagem maior, 83% de pessoas das classes D/E, não frequenta esse tipo de instituição cultural.² Na mesma direção, as pesquisas de perfil de público de museus realizadas pelo Observatório de Museus e Centros Culturais (OMCC), nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo entre 2005 e 2007, concluem que os visitantes dos museus paulistas e fluminenses têm alto nível de escolaridade e renda domiciliar mensal elevada.³ A pesquisa do OMCC, realizada especificamente na Pinacoteca, reforça essa situação indicando um perfil sociocultural de visitantes com alta escolaridade (66,5% com Ensino Superior completo ou incompleto) e renda entre média e alta.⁴

Complementando esses dados, podemos mencionar a pesquisa de público do entorno - *Expectativas e Percepções em Relação à Pinacoteca*, realizada entre 2007 e 2008 pelo NAE. Nesse caso, os resultados apontaram que o perfil do público do entorno do museu possui baixa escolaridade (25% dos respondentes nem sequer concluíram o Ensino

Fundamental), com alta frequência à região, e, entre eles, 19% afirmaram já ter visitado a Pinacoteca.

19

A partir desses resultados podemos afirmar que, tratando-se da participação cultural em nossa realidade, os excluídos são a grande maioria da população, em particular os de baixa renda e escolaridade. É, portanto, a partir dessas situações que o conceito de acessibilidade se alarga para congregar, em nosso entender, tanto as pessoas com necessidades especiais quanto a variedade de grupos socialmente vulnerabilizados.

Assim, levando em conta os pressupostos citados, desenvolvemos ações continuadas com grupos que possuem poucas oportunidades de acesso ao museu: professores e estudantes do Ensino Médio da rede pública; pessoas com deficiências; ou os próprios trabalhadores do museu.

Ainda nesse sentido, implantamos e mantemos em funcionamento, há oito anos, o Programa de Inclusão Sociocultural (PISC), que visa promover o acesso qualificado aos bens culturais presentes na Pinacoteca a grupos em situação de vulnerabilidade social, com pouco ou nenhum contato com instituições oficiais da cultura, como museus⁵. Nesse ponto, faz-se relevante esclarecer o uso que fazemos do conceito de *inclusão social*, pois, da mesma forma que o da acessibilidade, ele tem sido usado nos últimos anos para diferentes fins e com propósitos os mais variados, inclusive para referir-se especificamente aos processos educativos realizados junto a grupos de pessoas com deficiências.

Em nossa prática, ao usarmos o conceito de exclusão social nos referimos aos processos pelos quais um indivíduo ou grupo tem acesso limitado às ações, sistemas e instituições tidas como referenciais e consideradas padrão da vida social, e, por isso, encontram-se privados da possibilidade de uma participação plena na sociedade em que vivem. Esses indivíduos ou grupos, quando se encontram socialmente vulnerabilizados, podem enfrentar diversas e simultâneas situações de exclusão: a perda de **direitos** pela exclusão de sistemas políticos, a perda de **recursos** pela exclusão dos mercados de trabalho e a deterioração das **relações pessoais** pelo enfraquecimento de laços familiares e comunitários, ficando, conseqüentemente, sujeitos a um contexto de **privação múltipla**.⁶ A essa situação podemos acrescentar, ainda, o enfraquecimento de **sentimentos de pertencimento e reconhecimento cultural** pela exclusão dos circuitos e instituições da cultura oficialmente instituída. Para combater esse complexo quadro de exclusões, é necessária uma atuação em rede que integre serviços sociais civis e governamentais, e meios que possibilitem a participação política, econômica e cultural dos grupos em questão.⁷

O Programa desenvolve ações educativas continuadas junto a grupos de diversas faixas etárias, como aqueles em situação de rua; moradores de habitações precárias, como cortiços e ocupações; cooperativas e grupos de artesãos voltados à geração de renda; jovens e crianças de setores populares participantes de projetos socioeducativos; educadores sociais, entre outros. Atualmente, desenvolvemos diferentes frentes de trabalho a partir das seguintes ações:

Parcerias e visitas educativas aos grupos: estabelecemos parcerias com organizações que desenvolvam projetos socioeducativos a fim de realizar visitas educativas continuadas à Pinacoteca. Definimos conjuntamente os objetivos da parceria e planejamos o encadeamento de visitas que respondam às demandas de cada grupo e se somem às atividades já desenvolvidas pelas instituições de origem, pois, assim, o

20 contato com o museu não será desvinculado do trabalho ou processo educativo que se realiza na instituição de origem. Como defende a teórica inglesa da educação em museus Eilean Hooper-Greenhill, é necessário considerar as comunidades interpretativas a que pertencem os grupos na proposição das ações educativas, a fim de gerar experiências que sejam de fato significativas.⁸

Curso para educadores sociais: consiste em uma série de encontros de formação para educadores atuantes em ONGs e serviços de assistência e desenvolvimento social públicos ou privados que desenvolvam programas socioeducativos. Tem como objetivo dar subsídios para a elaboração, execução e avaliação de projetos educativos socioinclusivos a partir da cultura, arte e patrimônio, tendo como base o potencial educativo da Pinacoteca.

Arte+: publicação para educadores sociais, elaborada para ampliar a abrangência e penetração dos mesmos conteúdos tratados no curso, com foco na educação em arte e na educação patrimonial, com distribuição gratuita entre organizações sociais de todo o país.

Ação educativa extramuros: acontece junto a duas casas de convivência para adultos em situação de rua do entorno do museu, com a participação de 15 adultos em cada uma delas. A ação se estrutura a partir de oficinas de arte semanais desenvolvidas nas organizações parceiras e de visitas educativas regulares à Pinacoteca, conjugando prática e reflexão sobre a arte e estimulando uma maior familiaridade com o museu. Além das visitas educativas, ocorrem oficinas específicas para relacionar a criação de imagens e textos, propondo um diálogo entre ambas as linguagens. Alguns de seus resultados foram as exposições educativas desses processos realizadas na Pinacoteca e nas organizações de origem dos grupos, incluindo ainda um catálogo e uma publicação de caráter avaliativo.

A compreensão dos termos *acessibilidade* e *inclusão* como conceitos amplos e abrangentes se concretiza ao se promoverem experiências significativas com o público no encontro com o patrimônio e com o museu. Isso pode envolver desde a aquisição de conhecimento formal e ampliação de repertórios até contemplar aspectos relativos à melhoria da sociabilidade, das habilidades de comunicação, ao fortalecimento de identidades, à criação de vínculos com o museu e à melhoria da autopercepção e da autoafirmação dos indivíduos e grupos envolvidos. Essa tarefa ultrapassa os limites das ações educativas e depende de uma disponibilidade da instituição como um todo.

Acessibilidade ampla implica ainda na atenção constante às necessidades e adequação dos discursos do museu aos grupos de visitantes, não hierarquizando as distintas formas de conhecimento e incorporando as expectativas e histórias de vida dos diferentes públicos, num espaço repleto de possibilidades.❖

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.
2. Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento. *Coleção Cadernos de Políticas Culturais*. Brasília: MinC/IPEA, 2007. v. 3.
3. OBSERVATÓRIO de Museus e Centros Culturais - Pesquisa Perfil - Opinião 2006-2007. *Museus e visitantes de São Paulo*. DEMU/IPHAN/Fiocruz/MAST.
4. Em 2002, o NAE realizou uma pesquisa de perfil de público visitante da Pinacoteca, intitulada *Você e o museu*, que obteve resultados semelhantes aos da pesquisa do OMCC.
5. Apesar da enorme variedade que o termo *situação de vulnerabilidade social* implica, especialmente na sociedade brasileira, os grupos atendidos pelo Programa têm em comum, além do fato de estarem vulnerabilizados, em sua grande maioria, por condições de pobreza, o fato de estarem vinculados a iniciativas da educação não formal. Embora seja adotado pelo Governo Federal, o termo *situação de vulnerabilidade social* não é consensual nem pode ser entendido como sinônimo de carência de renda. Adotamos no Programa sua compreensão como uma *situação de violação de direitos*, conforme expresso na “Política Nacional de Assistência Social - versão oficial” (In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 80, nov. 2004. Encarte.), e no artigo de Francisco de Oliveira, *A questão do estado: vulnerabilidade social e carência de direitos* (In: *Cadernos Abong*. 1 jun. 1995. Série As ONGs e a realidade brasileira.).
6. DE HAAN, Arjan e MAXWELL, Simon. (eds.). Poverty and social exclusion in North and South. In: *International Development Studies Bulletin*, 1998. V.29, n.1, p.3. Apud AIDAR, Gabriela. Museus e inclusão social. In: *Patrimônio e Educação, Ciências & Letras - Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras*, n. 31. Porto Alegre: jan/jun, 2002. p. 54.
7. CHIOVATTO, Milene e AIDAR, Gabriela. *Arte+*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009. p3.
8. Segundo a autora, as comunidades interpretativas podem ser identificadas por grupos que compartilham as mesmas estratégias interpretativas, ou seja, por grupos que atribuem sentidos utilizando-se de estratégias interpretativas comuns. “É dentro das comunidades interpretativas que a construção de significados de um indivíduo é testada, apoiada e desenvolvida. A comunidade interpretativa impõe limites ao mesmo tempo em que possibilita a construção de significados.” HOOPER-GREENHILL, Eilean (ed.). *The educational role of the museum*. Londres e Nova York: Routledge, 1994. p. 13; 50.